

Título: **EMIGRAÇÃO, REGRESSO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BARROSO (CONCELHO DE BOTICAS).**

MARIA ORTELINDA BARROS GONÇALVES

---

## 1. INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas no espaço rural, nos âmbitos económico, social, cultural e político, têm sido de tal modo significativas que, em muitos casos a situação resultante é caracterizada como de crise. Esta situação exige novas políticas, medidas e acções visando garantir o seu desenvolvimento sustentável.

O trabalho constitui a súmula de alguns aspectos da investigação no âmbito de uma Dissertação de Mestrado intitulada “Emigração, Retorno e Desenvolvimento Sustentável no Barroso”- Concelho de Boticas (GONÇALVES, 2003).

A questão central do trabalho, consistiu em determinar que estratégias de desenvolvimento endógeno poderão ser encetadas por uma região “rural profundo”<sup>1</sup>, marcada pelos impactos de migrações internas e externas, de forma a contribuir para a revitalização do seu tecido social e económico. Neste sentido foi feita a caracterização profissional e mobilidade do fenómeno emigratório legal desde 1960 a 1988, baseando-nos nos dados dos passaportes deferidos aos emigrantes e por nós consultados em 450 livros no Arquivo Distrital de Vila -Real.

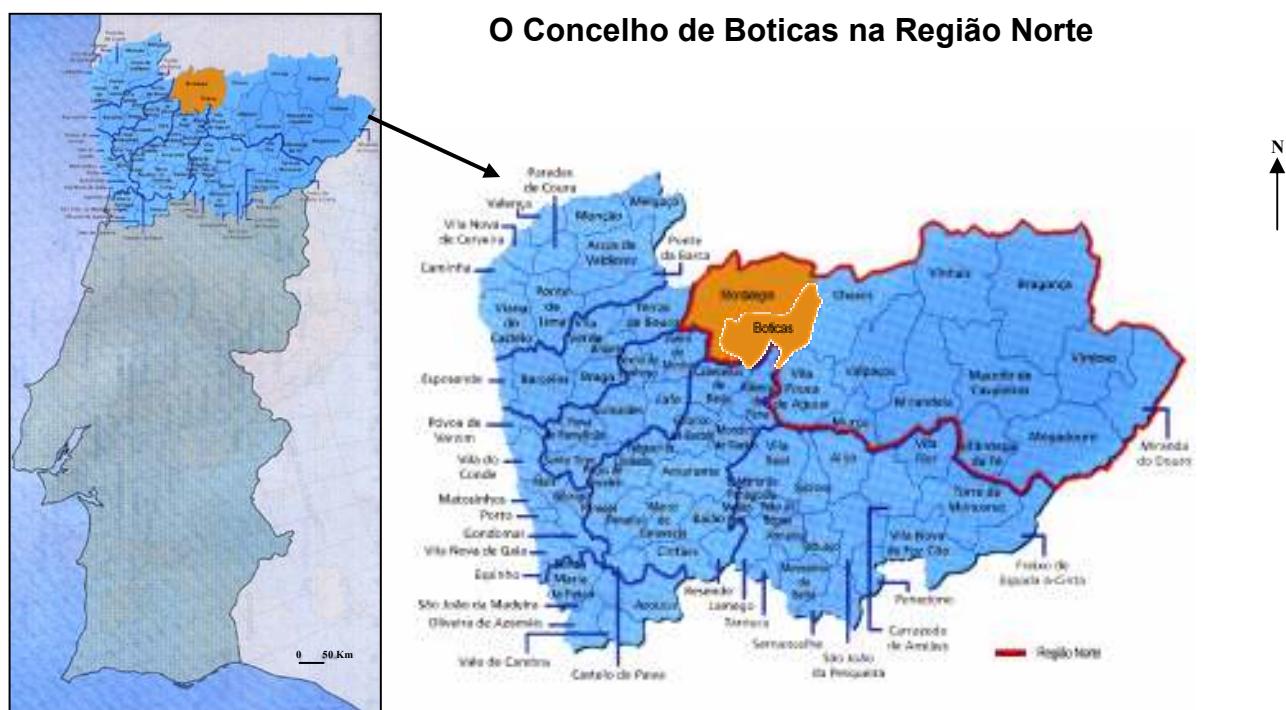
Com base na análise de um inquérito feito a cem emigrantes regressados ao Concelho, procedemos à sua caracterização sócio - económico assim como à sua reinserção, pretendendo-se verificar se estes , constituem factor de modificação e inovação no sentido de serem ou poderem tornar-se catalizadores do desenvolvimento local.

---

<sup>1</sup> Utilizando o critério da OCDE, podemos considerar como “rurais” as áreas que têm densidades inferiores a 150 hab/km<sup>2</sup> e “rural profundo” as áreas com densidades abaixo de 25 hab/Km<sup>2</sup>. O conceito “rural” é utilizado para designar «partes do território nacional que se caracterizam por um número de habitantes ou uma densidade relativamente fraca, ou ainda por outras particularidades sócio-económicas». (MEDEIROS, 1996:288)

## **2. QUADRO GEOGRÁFICO, POPULAÇÃO E ECONOMIA**

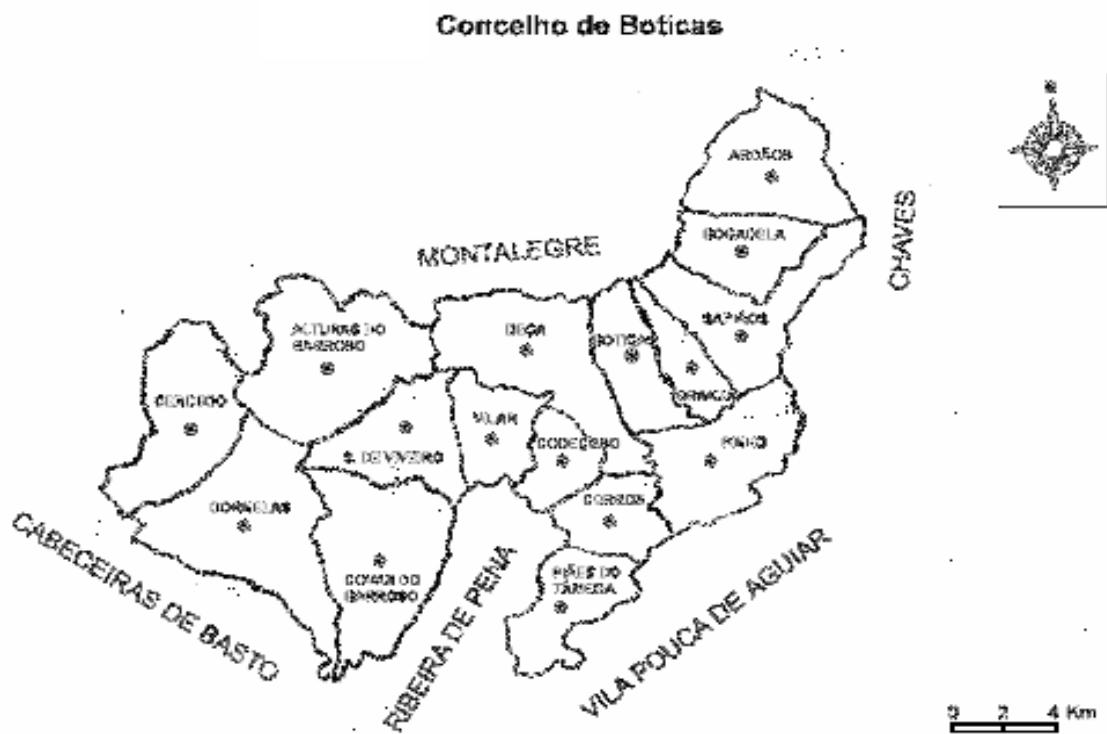
O Concelho de Boticas integra-se na NUT III<sup>2</sup> – Alto-Trás-Os-Montes, separado do Concelho de Chaves em grande parte pelo rio Tâmega e comunga com os Concelhos da margem esquerda do mesmo, na região denominada por “Alto Tâmega”. Com Montalegre define uma unidade territorial enquadrada numa outra unidade paisagística e natural a que se denomina “Terras de Barroso”.



O Concelho de Boticas foi criado em 6 de Novembro de 1836, data em que Barroso cindiu em 2 concelhos: Boticas e Montalegre.

<sup>2</sup> NUTE III – área definida de acordo com a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos.

Administrativamente o Concelho em estudo é constituído por 16 freguesias e 52 aldeias.



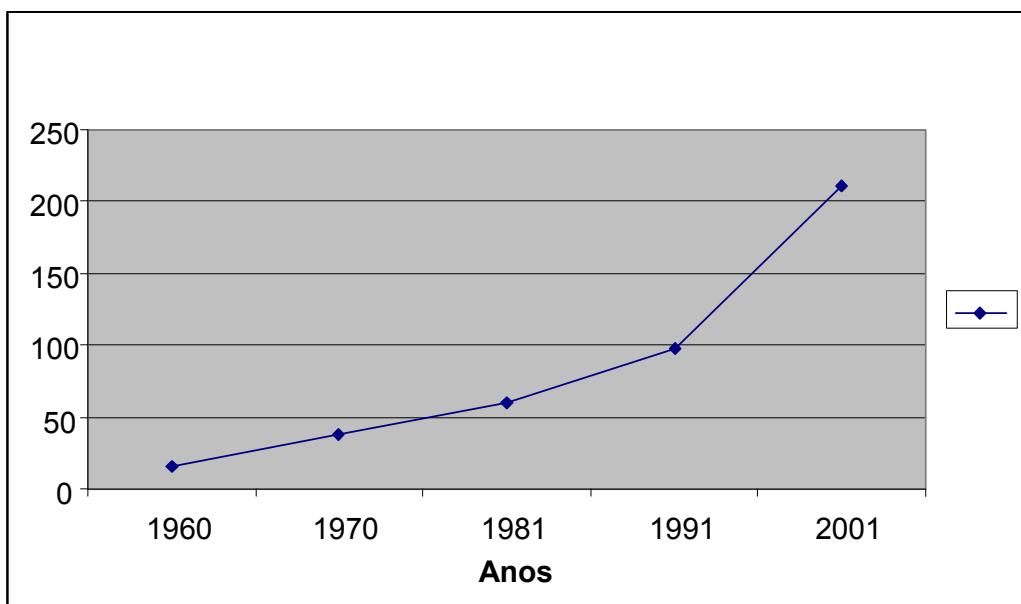
Apresentava segundo os últimos censos, 6.417 habitantes e uma densidade populacional apenas de 19,2 hab/km<sup>2</sup>.

Entre 1960 e 2001 sofreu um decréscimo populacional de 55,7% o que corresponde a uma diminuição de 8064 habitantes.

«O duplo envelhecimento demográfico tem constituído uma evolução partilhada por todas as populações do continente português, essencialmente as do Interior». (BARRETO, 2000:461).

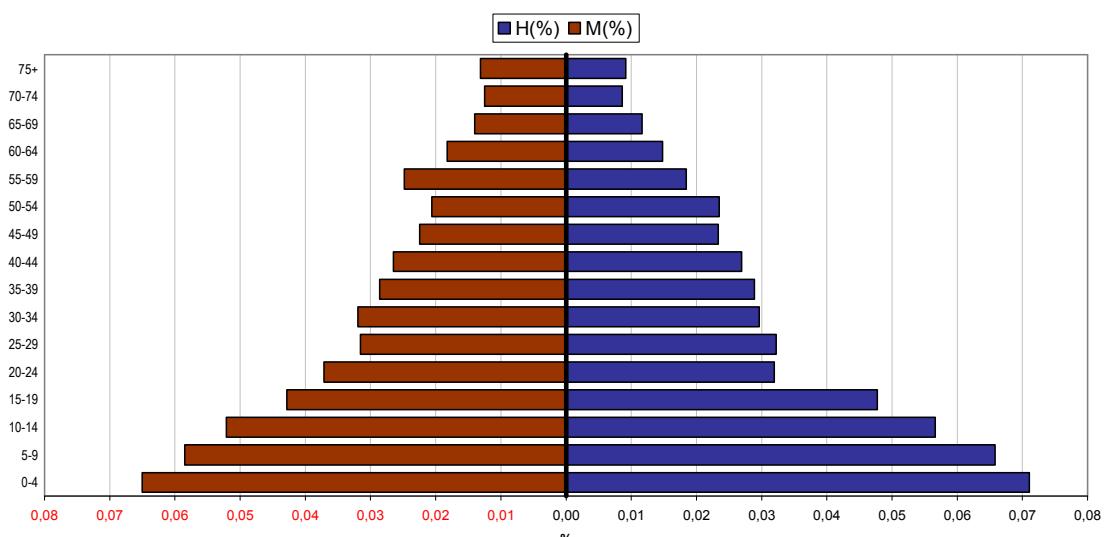
«Boticas é um dos Concelhos mais envelhecidos do Alto-Trás-Os-Montes» (Municípios da Região Norte, 2002:174).

## Índice de Envelhecimento

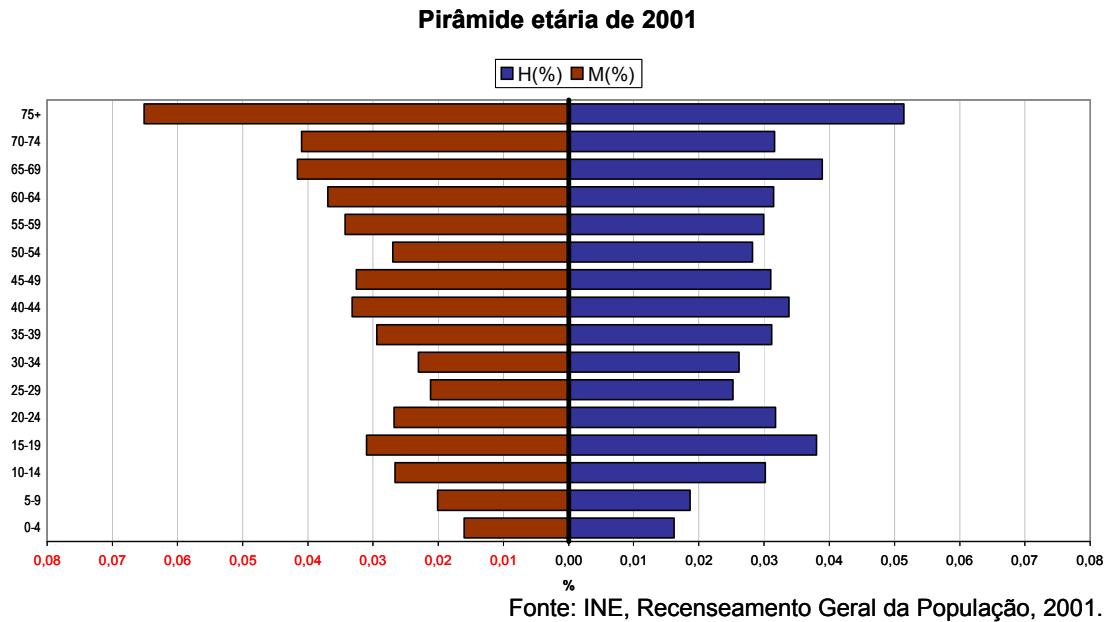


O índice de Envelhecimento passou de 15,2% para 210,8%.

Pirâmide etária de 1960



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1960.



Em quatro décadas o grupo de idade jovem (0-14 anos) perdeu praticamente o mesmo que ganhou o grupo de idade idosa (>65 anos). Estamos portanto perante um duplo envelhecimento, isto é a diminuição da importância dos jovens e o aumento da população mais idosa.

O Concelho de Boticas ocupa uma área de 322Km<sup>2</sup>, desenvolvendo-se a uma altitude média superior a 700 metros atingindo o ponto mais alto na serra de Alturas (situada no centro do Barroso) com 1279 metros e com orientação NE-SW.

A forte emigração registada no Concelho de Boticas essencialmente a partir dos anos sessenta, «expulsou» o factor produtivo mais importante – os homens, sem condições mínimas de sobrevivência, provocando o envelhecimento do tecido demográfico e retirando à região potencialidades de desenvolvimento.

A organização agrícola tradicional e o envelhecimento dos activos agrícolas tem contribuído para a estagnação do sector. Em 1991, o sector primário ocupava ainda 58,7% da população activa empregada.

Actualmente a economia da região, assenta sobretudo no sector secundário e terciário, liderando em 2001, o grupo de actividades do sector terciário como principal empregador.

A expansão do sector terciário reflecte-se em algum crescimento do emprego e não em significativa modernização das formas de prestação das funções, mantendo-se o domínio das actividades com baixo nível de emprego.

A descida dos activos no sector primário relaciona-se com os movimentos migratórios e com o crescimento do sector dos serviços, na sede do concelho.

A economia agrícola baseia-se na criação de gado de raça Barrosã, Maronesa, Galega e Mirandesa, na cultura cerealífera (centeio e milho), batata e pastagens permanentes.

44,1% da população agrícola não usufrui de qualquer tipo de instrução, sendo de realçar que 31,9% dos agricultores são idosos.

Uma significativa taxa de pluriactividade dos activos tem permitido à maioria das famílias acederem a alguns níveis de consumo, apesar dos baixos salários praticados.

A região apresenta uma estrutura empresarial muito especializada, fundamentalmente ligada ao aproveitamento dos recursos naturais locais e com um pequeno grau de abertura ao exterior. Prevalece a especialização em sectores produtivos que não requerem níveis de qualificação elevados tornando inviável o pagamento de salários elevados.

Observando a definição de pobreza de Peter Townsend (1979), podemos concluir que a maior parte das populações rurais das áreas deprimidas evidenciam recursos situados abaixo dos disponíveis pelo indivíduo médio, ficando assim «excluídos dos padrões normais de vida, costumes e actividades» (Townsend, 1979:31), reflectindo em parte a orientação e gestão da política económica e social da qual as regiões rurais não têm sido suficientemente beneficiadas.

Sem erradicação da pobreza não se alcança desenvolvimento sustentável. Todavia, cada território reúne caracteres, ocorrências e recursos muito variados, tornando-se urgente o conhecimento aprofundado de cada complexidade rural.

A aposta no desenvolvimento rural passa pela formação básica e profissional, pela luta contra a exclusão social, pelo desencadear de processos que permitam o melhoramento dos rendimentos familiares e a criação de soluções alternativas de emprego. Estes são o caminho para um desenvolvimento integrado, permitindo simultaneamente rentabilizar os recursos endógenos – naturais e humanos – através de apoios técnicos e financeiros exógenos.

### **3. O EMIGRANTE REGRESSADO E SUA (RE)INSERÇÃO NO CONCELHO**

O impacto do retorno sobre a dinâmica económica concelhia, vê-se diminuído em razão, não só da idade avançada do emigrante regressado mas também da sua forte preferência pelo sector primário.

#### **Ramo de actividade por grupo etário**

Ramo de actividade actual	Grupo etário				
	<30 anos	30-39	40-49	50-59	>60
Agricultura		2 33,3%	6 <b>60,0%</b>	19 51,4%	10 41,7%
Jardinagem					1 4,2%
Construção Civil	2 <b>50,0%</b>	1 16,7%	1 10,0%	5 13,5%	
Indústria Transportadora				1 2,7%	
Comércio	1 25,0%	2 <b>33,3%</b>	1 10,0%	4 10,8%	
Serviços Domésticos		1 16,7%	1 10,0%	7 <b>18,9%</b>	4 16,7%
Restaurante			1 10,0%		
outros	1 25,0%			1 2,7%	9 <b>37,5%</b>
Total	4 100,0%	6 100,0%	10 100,0%	37 100,0%	24 100,0%

Verificamos que o regresso dos emigrantes ao concelho ainda é pouco perceptível, e relativo essencialmente à primeira geração de emigrantes.

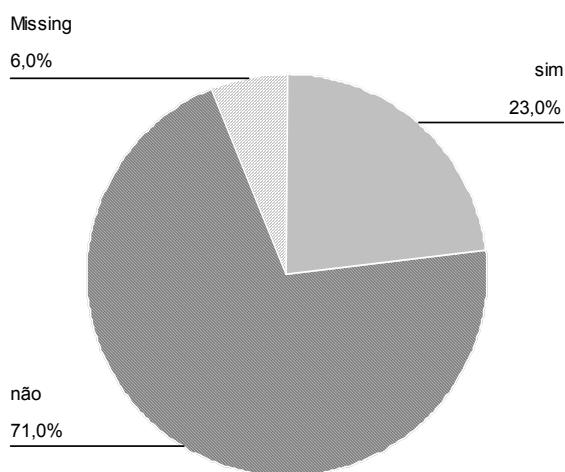
« (...) l'on ne peut parler de retour massif sans que le contexte social et économique étant à l'origine de l'exode de tant d'hommes et de familles, n'ait été changé par des réformes de structures concernant l'emploi, le logement, l'éducation, la santé» (Ramos, 1990:876).

Foi analisado o perfil sócio-económico do emigrante regressado antes de emigrar, durante a emigração e após o regresso não sendo detectada mobilidade social, mas apenas uma significativa melhoria do nível de vida.

O regresso tem-se revestido de um certo impacto a nível do consumo, não detectamos no entanto, no emigrante regressado, sentido empresarial, capacidade de risco nem notável inovação – situação adversa ao desenvolvimento local.

Seleccionamos para esta apresentação, alguns aspectos da inserção cívica e política, do emigrante regressado, onde parece existir alguma dinâmica:

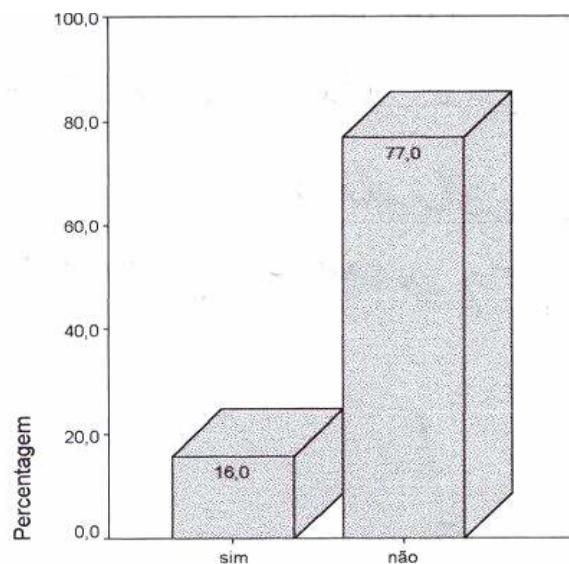
### **Militante inscrito num partido político**



Actualmente, 71,0% dos inquiridos não estão inscritos em nenhum partido político e 23,0% afirmam ser militantes inscritos num partido político, o que parece ser uma proporção razoável, tendo em atenção a diminuição da filiação em partidos políticos, nas últimas duas décadas (metade do que era há 20 anos, em países como a França, Itália, Noruega e Estados Unidos, segundo dados da ONU<sup>3</sup>) e outro tipo de veículos tradicionais da acção colectiva, de que são exemplo os sindicatos, designadamente.

<sup>3</sup> Disponível em 07.07.2003: <http://www.un.org>.

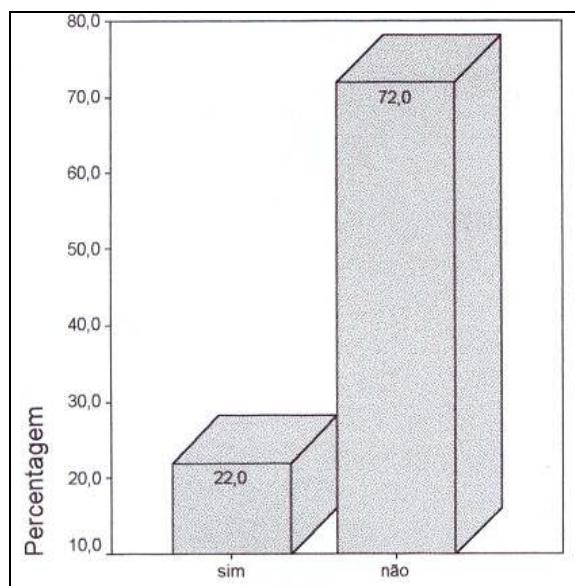
## Cargo Político no Poder Local



Tipo de cargo	frequência	% válida	% acumulada
Presidente da Câmara	1	6,3	6,3
<b>Junta de Freguesia</b>	<b>13</b>	<b>81,3</b>	<b>87,5</b>
outro	2	12,5	100,0
Total	16	100,0	

Verificamos algum empenhamento do emigrante regressado na vida política local. Dos inquiridos 16% são ou já foram, desde que regressaram, membros de algum órgão de poder local, 81.3% pertencem ou já pertenceram à junta de freguesia.

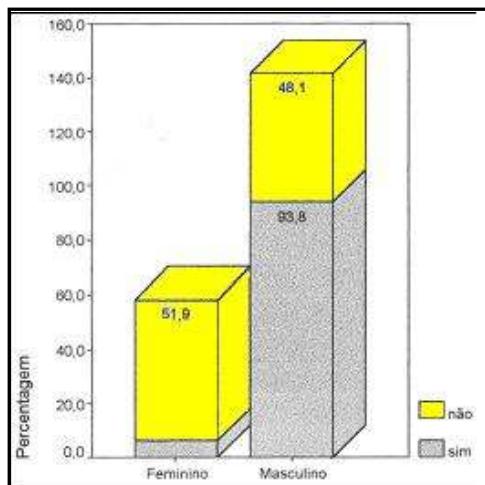
## Membro de Associação Local



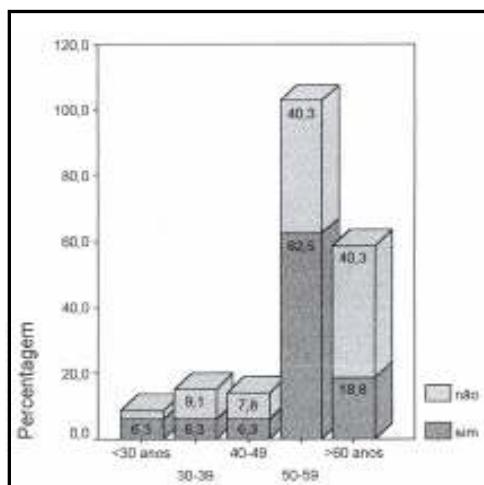
Tipo de Associação	contagem	% casos
Cultural	19	86,4%
Desportiva	6	27,3%
Política	1	4,5%
Outra	2	9,1%

Quanto à participação na vida associativa local, os resultados do nosso inquérito mostram que 22% dos inquiridos revelam ser actualmente membros de alguma associação local, predominando as do tipo cultural (86,4%) e desportivo (27,3%), o que reflecte claramente a continuidade da experiência vivida na emigração, em que o contacto com as associações de portugueses sempre teve um papel importante na vida dos emigrantes, servindo de elo de ligação para a língua, costumes, informações, enlaces matrimoniais e constituindo-se inclusive como meio de reviver a terra natal.

**Membro de Associação por sexo**



**Membro de associação por idade**



As associações são frequentadas essencialmente por indivíduos do sexo masculino e com idades compreendidas entre 50 e 59 anos.

Para que a parte puramente endógena de pressão que tem levado a população a emigrar cesse os seus efeitos, e o regresso seja uma realidade é necessário postular uma melhoria substantiva da situação de oferta de emprego, sobretudo em sectores «attractivos» da actividade profissional, um aumento da capacidade de poupanças e simultaneamente das correspondentes oportunidades de investimento.

#### **4. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO<sup>4</sup>**

É urgente implementar / executar, com o respectivo acompanhamento e avaliação, um projecto multisectorial que estabeleça o equilíbrio entre crescimento e preservação, fixando e atraindo população.

Neste sentido, procuramos reflectir sobre domínios vitais para o desenvolvimento sustentável desta região do Barroso. Conclui-se que da interacção entre a agricultura de

<sup>4</sup> «O desenvolvimento não é uma questão exclusivamente de foro económico; ele é, antes de mais, um problema social com cambiantes económicas, técnicas, políticas, culturais e institucionais... Por isso, é determinante a eficiência da coordenação de todos esses aspectos...» (OLIVEIRA, 1986:12).

qualidade com outros sectores ligados à silvopastorícia, criação de gado barrosão, floresta de uso múltiplo<sup>5</sup>, TER, artesanato, construção civil, comércio e outros serviços locais entre outros, assim como a execução e modernização da rede viária que aproxime o concelho não só do Norte mas também do centro e sul do País, assim como da Europa, poderão constituir-se oportunidades de emprego proporcionando o desenvolvimento local, resultando este, do equilíbrio entre crescimento, preservação e erradicação da pobreza.

Assim, identificamos alguns pontos fortes e as carências do concelho para que sejam delineadas estratégias fundamentais a desenvolver.

#### **4.1 PONTOS FORTES**

- Grande diversidade de fauna e flora;
- Importância das explorações com DOP (Carne Barrosã, mel do Barroso) e com IGP (Cabrito de Barroso, Presunto do Barroso);
- Património molinológico;
- Zona de paisagem protegida;
- Crescente interesse por desportos radicais;
- Procura crescente de actividades ligadas à natureza;
- Boa utilização dos fitofármacos e químicos na agricultura;
- Múltiplos projectos e iniciativas de Desenvolvimento Local apresentam características diferenciadas, sendo uma das suas principais riquezas;
- Importância do surgimento de novas formas de turismo, mais sensíveis às questões ambientais, à cultura, aos circuitos pedestres, etc;
- Culturas rurais em que sobressaem as feiras e mercados, as festas e romarias tradicionais;
- Existência de nascente minero-medicinal em Carvalhelhos;
- Disponibilidade de artesanato vivo, em especial – burel, linho, bordados, socos de pau, miniaturas, em madeira, de bois, grades, etc;
- Confraria Gastronómica da Carne Barrosã;
- Cooperativa local de apoio aos produtos agrícolas do Concelho;

---

<sup>5</sup> Exemplo de subsectores associados à indústria florestal geradores de emprego: Corte e comercialização da madeira, resinagem, alugadores e empreiteiros florestais, transporte de produtos florestais da floresta até à fábrica, viveiristas florestais, serração e carpintaria, fabricação e restauro de mobiliário de madeira, artesanato de madeira e do vime, produtos resinosos, fábricas de pasta, fábricas de papel, cartão e embalagem e indústrias do pinhão.

- Boas condições cinegéticas (coelho, perdiz, raposa) e piscícolas (truta e outros);
- Existência de condições para o desenvolvimento de uma boa e típica gastronomia, baseada no produto da caça e da pesca, não esquecendo a tenra e suculenta Carne Barrosã;
- Importantes apoios comunitários dos programas AGRO, AGRIS e Leader+, no apoio à modernização da actividade agro-florestal, da preservação ambiental e do desenvolvimento rural sustentável.

## 4.2 PONTOS FRACOS

- Diminuição da população – sobretudo dos mais jovens;
- Idade avançada dos agricultores;
- Abandono crescente e grande desinteresse pela actividade agrícola;
- Insuficiente formação profissional;
- Inexistência de saneamento básico e de tratamento de afluentes;
- Carência de equipamentos de apoio ao turismo;
- Descaracterização urbanística;
- Pequena dimensão e fragmentação da exploração agrícola;
- Analfabetismo e baixa qualificação;
- Carência de equipamentos de apoio às crianças em idade escolar e aos idosos, ao nível das aldeias;
- Insuficiente aproveitamento dos produtos endógenos com potencialidades;
- Excessivo protagonismo pessoal na condução e gestão de alguns projectos;
- Falta de recursos (financeiros, humanos, materiais, etc.);
- Excessiva dependência do exterior (em ideias, recursos humanos, mercados, etc.);
- Dificuldade em levar à prática uma perspectiva interdisciplinar, por falta de técnicos em algumas áreas;
- Pouca ligação com grupos e centros de investigação;
- Dificuldade de escoamento de produtos e de ligação ao mercado;
- Inadequação de alguns programas (por exemplo, de formação profissional) às características das populações e às situações a que os projectos procuram responder;
- Défice de capacidade de iniciativa de algumas zonas de intervenção;

- Inexistência de uma tradição de acolhimento turístico e limitada capacidade de alojamento;
- Escasso apoio aos turistas no posto de turismo, que se encontra, a maior parte das vezes, fechado;
- Ausência de postos de apoio a percursos equestres;
- Panorama de escolaridade pouco satisfatório, com elevadas taxas de analfabetismo, de insucesso e de abandono;
- Serviço de transportes públicos inadequado às necessidades da população;
- Debilidade e relativa pouca extensão da rede viária nacional secundária, que serve de base às deslocações predominantes de tipo local e à circulação de Transportes Rodoviários de Passageiros;
- Tecido económico incapaz de garantir a auto-sustentação do desenvolvimento e falta de iniciativa empresarial;
- Falta de oportunidades de emprego e consequente rarefacção do pessoal qualificado;
- Degradação das matas e desinteresse, sob o ponto de vista económico, dos agricultores pela floresta, favorecendo incêndios, desvalorizando o património florestal e criando externalidades negativas na paisagem;
- Índices de poder de compra e do PIB, per capita, claramente inferiores à média nacional;
- Reduzida dinâmica em matéria de diversificação sectorial, problemas tirando o reforço da competitividade e a modernização da base produtiva do concelho;
- Inexistência de uma programação cultural e desportiva regular que promova práticas e hábitos diversificados e que ultrapasse as dinâmicas mais tradicionais;
- As deficientes condições de acessibilidade interna e externa do concelho, de segurança rodoviária e de sinalização afectam, de forma sensível, as condições de mobilidade e de coesão.

Considerando a necessidade de valorização dos pontos fortes e de diminuição do impacto dos pontos fracos, propomos, para o Concelho uma estratégia de desenvolvimento assente em 4 parâmetros fundamentais:



**1 - Qualidade ambiental e paisagística**

**2 - Diversificação das actividades**

**3 - Valorização dos recursos naturais, culturais e humanos**

**4 - Recuperação do património**

Prioridades estratégicas						
Eixos de Intervenção						
Actividades económicas	Infraestruturas e equipamentos	Turismo	Preservação ambiental	Redefinição da tipologia urbana	Recuperação e reconversão da agricultura	Cultura e Desporto
<ul style="list-style-type: none"> <li>. Introdução de técnicas apropriadas de serração, secagem, calibragem e armazenamento da madeira, controlo da qualidade, eficiência energética e utilização dos resíduos florestais.</li> <li>. Formação profissional.</li> <li>. Apoio ao ensino do artesanato por forma a garantir a continuidade dos ofícios.</li> <li>. Promover a realização de feiras e mostras de artesanato.</li> <li>. Aproveitamento de energia eólica.</li> <li>. Apoio às pequenas indústrias locais.</li> <li>. Reforço do espírito empresarial e associativo.</li> <li>. Organização de circuitos de comercialização.</li> <li>. Apoio à exploração de ervas aromáticas, cogumelos silvestres, queijos do Barroso, silvopastorícia, fumeiro tradicional, carne Barrosã e agricultura biológica.</li> <li>. Apoio à criação e dinamização de associações de produtos florestais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Reforço da rede de infraestruturas de protecção social (creches jardins de infância, lares e centros de dia) e promover a realização de acções diversificadas de apoio social.</li> <li>. Construção de novas infraestruturas de saúde e higiene e reforçar a prestação de cuidados de saúde.</li> <li>. Reforço da capacidade técnica local para funções de planeamento, programação, acompanhamento e avaliação das acções de desenvolvimento.</li> <li>. Melhoria das acessibilidades.</li> <li>. Reforço das redes de transporte público.</li> <li>. Tratamento dos afluentes-águas residuais domésticas.</li> <li>. Recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos.</li> <li>. Criação de espaços de apoio escolar.</li> <li>. Identificação e/ou sinalização correctas das memórias ligadas ao Património Cultural e aos valores do património natural.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Incentivo ao turismo jovem:</li> <li>. Pousada da Juventude.</li> <li>. Fomento do Turismo Rural.</li> <li>. Fomento do Turismo de Natureza.</li> <li>. Fomento do Agro-Turismo.</li> <li>. Recuperação dos moinhos e dos fornos.</li> <li>. Apoio à restauração e criação de alojamento turísticos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Criação de percursos pedestres.</li> <li>. Levantamento da fauna e flora existente.</li> <li>. Criação de um centro de documentação, interpretação e observação.</li> <li>. Ecopontos</li> <li>. Reflorestação</li> <li>. Limpeza florestal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Redefinição do espaço urbanizável.</li> <li>. Arranjo e definição de espaços pedonais.</li> <li>. Preservação do património construído.</li> <li>. Preservação da traça arquitectónica tradicional.</li> <li>. Criação de espaços sociais.</li> <li>. Reorganização de espaços verdes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Apoio à pastorícia.</li> <li>. Implementação das medidas Agro-ambientais.</li> <li>. Preservação da traça rural.</li> <li>. Apoio técnico agrícola/profissional</li> <li>. Certificação de produtos característicos e de qualidade com potencialidades.</li> <li>. Reserva de caça.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Instalar mediatecas nas escolas.</li> <li>. Incentivar e recuperar a prática de jogos e artes tradicionais (por ex. a tecelagem).</li> <li>. Incentivar a prática de desportos alternativos e radicais.</li> <li>. Diminuir o absentismo e o abandono escolar.</li> <li>. Revitalização de manifestações culturais tradicionais: folclore, banda de música, cantares ao desafio, chegas de bois, etc.</li> </ul>

Consideramos prioritários sete eixos de intervenção:

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pensar o desenvolvimento desta região do Barroso exige, de facto, a definição/aplicação de objectivos e prioridades bem como de modelos de desenvolvimento específicos ou um modelo multi-sectorial que explorem, dentro da capacidade de regeneração, os recursos existentes.

No entanto, encontrarmos um modelo multi-sectorial de desenvolvimento sustentável, que promova o aproveitamento dos recursos locais e o bem-estar das pessoas, passa pelo espírito de diálogo entre a associação de municípios à escala local/regional, definindo determinadas estratégias ao nível nacional, constituindo-se em estruturas de parceria com capacidade para se consolidarem.

Acrescentamos ainda, que com este trabalho pretendemos também contribuir com algum potencial para a cidadania em clima de pluralismo e de interculturalidade, proporcionando o conhecimento desta região com as suas especificidades e contribuindo ao salientar a sua identidade para o reconhecimento das diferenças regionais.

## BIBLIOGRAFIA

- BAGANHA, M. Ioannis e Peixoto, J. (1996) “O Estudo das Migrações Nacionais” in *Entre a Economia e a Sociologia*, J.M. Carvalho Ferreira, Rafael Marques, João Peixoto e Rita Raposo (organizadores), Celta Editora, Oeiras, pp. 233 – 239.
- BAILY, A., Mailliat, D. (1986) – “ Le Secteur Tertiaire en Question – Activités de Services, Développement Economique et Spatial“, Éditions Anthropos, Paris.
- BARRETO, António (2000) “A situação Social em Portugal 1960-1999”, vol. II, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.
- BARQUERO, António Vasquez (1988) “Áreas rurales com capacidade de desarrollo endógeno”, Instituto del Territorio y urbanismo, Madrid.
- BONNAMOUR, Jacqueline (1993) - “Geographie Rurale: Position et Méthode“, Masson, Paris.
- BOTE Gomes, Venancio (1988) – “Turismo en espacio rural: Rehabilitación del Patrimonio Sociocultural y de la Economía local”, Editorial Popular, S. A., Madrid.
- BRUNEAU, M. (1994) “Espaces et territoires de diasporas” *L'espace géographique, n°1*.
- CAVACO, Carminda (1994) – “Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local”, Programas das Artes e Ofícios Tradicionais, D.G.D.R, Lisboa.
- COSTA, Manuel da Silva e Neves, José Pinheiro (coord.) (1993) – “Autarquias Locais e Desenvolvimento”, Ed. Afrontamento, Porto.
- DONELLA, H. Meadows (1972) “Os limites do crescimento”, Ed. Dom Quixote, Lisboa.
- FERREIRA, M. Malheiro e Carmo Hermano (1998) “Metodologia da Investigação” Universidade Aberta., Lisboa.
- FONSECA, M. Lucinda (1990) “População e Território, do País à área metropolitana”, ICS, Lisboa.
- GONÇALVES, António Custódio (1987) “Enracinement et Mobilité, Perspectives de Maitrise de L'Espace Social Rural”, Secção de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto,—

Separata das Actas do simpósio Internacional: *Sociologie et les nouveaux défis de la modernisation* - Porto, pp. 295-302.

GONÇALVES, M. Ortelinda B. (2003) “Emigração, Retorno e Desenvolvimento Sustentável no Barroso”, Dissertação de Mestrado da Universidade Aberta, Porto.

GUTIÉRREZ, Fermín Rodrigues (1995) “Es Desarrollo Local y la planificación Estratégica” in *Espacios Rurales*, Centro de Estudos Rurales, Universidade Cantábrica.

INE (2002), “Municípios da Região Norte”, Direcção Regional do Norte.

LITTLE, J.; Austin, P. (1996) “Women and The rural idyll”, *Jurnal of Rural Studies*, 12, pp.101-111.

MARTIN, S.J. et al (1990), “Rural Development Programmes” in Theory and Practice”, *Regional Studies*, Vol. 24, nº3.

MATHIEU, N.; JOLLIVET, M. (1989) “Du rural à l’environnement”. L’Harmattan, Paris.

MEDEIROS, João, (1996), “Das Estratégias de desenvolvimento para o meio Rural às iniciativas locais: Algumas experiências na região centro. Dinamismo sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e restruturação produtiva”, IEG, Fac. de Letras da U. de Coimbra.

PARTIDÁRIO, M. (1997) “Desafios da Interioridade: a riqueza ambiental e vantagem da sustentabilidade”, in *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior*, INCM, Lisboa, pp: 56-69.

PINDER, David (org.) (1994) “Desafios e Mudanças na Europa Rural” in *Europa Rural – Desafios e Mudanças*, Celta Editora, Oeiras, pp.275-359.

PORTO, M. (1977) – “Emigration and Regional Development in Portugal”, Comissão de Planeamento da Região Centro, Coimbra, doc. polic.

PORTO, Manuel C. L. (1984) “ Retorno, emigração e desenvolvimento regional: perspectivas de análise e política”, *Estudos de Economia*, Vol. IV, nº4, Julho - Setembro.

RAMOS, C. (1990), “Marches du travail et migrations internationales: croissance, crise et marché unique”. Cas du Portugal et de la France – These pour le Doctorat en Science Economique, Phanteon-Sorbonne I, Université de Paris.

RAMOS, C. (1991), "L'immigration clandestine : Element structurel du phénomène migratoire et donnée permanente du système d'emploi des pays européens", Associação Europeia dos Economistas do Trabalho, Madrid.

RAMOS, C. (1996), "Economia do Trabalho, Sócio-Economia e Migrações Internacionais", in J. M. Carvalho Ferreira e tal. (orgs.), *Entre a Economia e a Sociologia*, Celta Editora, Oeiras, pp. 254-264.

SILVA, Rosa Fernanda Moreira (1991) "Dois casos exemplificativos da emigração portuguesa desde 1966 à actualidade", Separata da Revista da Faculdade de Letras de Geografia, 1<sup>a</sup> Série, Vol. VIII, Porto, p.5-39.

TABORDA, Virgilio (1987) "Alto Trás-os-Montes – Estudo Geográfico", Livros Horizonte, Lisboa.

THUMERELLE, P.J. (1986) "Peuples en mouvement. La mobilité spatiale de la population", SEDES, Paris.

THWAITES, A. ; ALDERMAN, N. (1994) "Mudança Tecnológica e Desenvolvimento Económico e Regional" in David Pind (org.) *Europa Ocidental, Desafios e mudanças*, Celta Editora, Oeiras.

TOWNSEND, P. (1979) "Poverty in the United Kingdom", Harmondsworth /Middlesex /Berkeley.